

JUDITH BUTLER E OS ENQUADRAMENTOS DO PODER: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS QUE CIRCUNSCREVEM OS LIMITES DAS VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

João Paulo de Lorena Silva*

O que é uma vida? Por que algumas vidas são passíveis de luto e outras não? O que está em jogo nos processos de constituição de uma vida considerada vivível e de outra marcada como abjeta e precária? Herdeira de filósofos como Michel Foucault e Jacques Derrida, e uma das principais expoentes da teoria *queer* e dos estudos pós-feministas, Judith Butler tem, nos últimos anos, lançado o seu olhar sobre o debate político contemporâneo, especialmente no que diz respeito ao esgotamento das políticas de identidade como forma de obter reconhecimento, e aos mecanismos de poder “mediante os quais a vida é produzida” (p. 14). Através de diversos estudos e obras já consagradas¹, Butler tem evidenciado que o estatuto ontológico de uma vida, seu grau de inteligibilidade, não é dado aprioristicamente, mas produzido no interior de relações de poder, práticas discursivas, normas, organizações sociais e políticas.

Em *Frames of war: when is life grievable?* (2009), traduzido para o português como *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2015), Butler coloca-se diante do problema da guerra perpetrada pelo governo George W. Bush contra o Iraque e da tortura dos prisioneiros em Guantánamo, analisando os enquadramentos de poder que, “efetivamente, decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão” (p. 28). O livro, formado por cinco ensaios, pode ser considerado uma continuação de *Precarious life: the powers of mourning and violence* (2004), ainda não traduzido para o português, no qual Butler reflete sobre a situação de vulnerabilidade que se tornou visível para os Estados Unidos

* Mestrando em educação pela UFMG, graduado em Filosofia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino, membro do Grupo de Estudos e pesquisas em Currículos e Culturas (GECC) da UFMG. E-mail: joaopaulopalmas@gmail.com.

¹ Por ocasião de sua vinda ao Brasil, além de *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2015), fomos brindados com a publicação de *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2015) e com uma nova edição de *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2015), obra clássica dos estudos de gênero e sexualidade.

depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 e sobre os efeitos nefastos de mais mortes e violências produzidos a partir de então.

Ao eleger como mote a guerra na política neoimperialista do governo Bush, Butler estende as suas análises para os discursos que modelam, classificam, hierarquizam e enquadram a vida de mulheres, mulçumanos, gays, imigrantes e refugiados de guerra. Esses “enquadramentos”, segundo ela, “atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos” (p. 17), gerando ontologias específicas de sujeito. Inspirando-se em Foucault, Butler concebe o sujeito não como uma entidade transcendente, a-histórica e universal, mas como efeito de “normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos” (p. 17). Assim, há sujeitos que não são reconhecíveis e “há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (p. 17).

No primeiro ensaio que compõe a obra, intitulado “Capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade, comoção”, a ideia de guerra, pensada como “algo que divide as populações entre aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos” (p. 64), é objeto de reflexão. Para Butler, a distribuição desigual do luto público é uma questão política de grande importância. Pelo menos desde os tempos de Antígona², personagem de Sófocles que decidiu chorar publicamente pela morte de um de seus irmãos, contrariando a lei soberana, os governos tentam, com muita frequência, regular e controlar quem será e quem não será lamentado publicamente. Um exemplo, mencionado pela autora, é o modo como, após os atentados de 11 de setembro, os meios de comunicação divulgaram as imagens daqueles que morreram, com seus nomes, histórias pessoais e as reações de seus familiares. Muito rapidamente, “o luto público encarregou-se de transformar essas imagens em ícones para a nação, o que significou, é claro, que o luto público pelos não americanos foi consideravelmente menor e que não houve absolutamente nenhum luto público pelos trabalhadores ilegais” (p. 65).

Enlutar-se publicamente tem a ver, segundo a filósofa, com o sentimento de indignação diante da injustiça ou de uma perda irreparável, e isso possui um enorme potencial político, pois ao perturbar a ordem e a hierarquia da alma, também pode desestabilizar a ordem e a hierarquia da autoridade política. Esse foi um dos motivos que, de acordo com

² A tensão entre as regras, representadas pelas leis do Estado – e o desejo que emerge dos sujeitos, expresso e vivido por meio de práticas sociais transformadoras, foi densamente explorada por Butler em *O clamor de Antígona*: parentesco entre a vida e a morte (2014).

Butler, levaram Platão a querer banir os poetas da República. Ele acreditava que, “se os cidadãos assistissem a tragédias com muita frequência, chorariam as perdas que presenciassem, e esse luto público e aberto” (p. 66) poderia comprometer e desestabilizar a ordem social. Assim também, “nas guerras contemporâneas em que os Estados Unidos estão diretamente envolvidos, no Iraque e no Afeganistão, podemos ver como a comoção é regulada para apoiar tanto o esforço de guerra quanto, mais especificamente, o sentimento de pertencimento nacionalista” (p. 66).

Por sua vez, no segundo ensaio, intitulado “Tortura e a ética da fotografia: pensando com Sontag”, Butler se propõe a refletir sobre “a maneira pela qual a dor nos é apresentada e como essa apresentação afeta nossa resposta” (p. 100). Para ela, durante o governo Bush, houve um esforço concentrado do Estado para regular o campo visual da população em relação à guerra no Iraque e às práticas de tortura na baía de Guantánamo e em Abu Ghraib. Isso fica evidente, por exemplo, na “concordância da mídia em não mostrar fotos dos mortos na guerra [...] com a justificativa de que isso minaria o esforço de guerra e colocaria a nação em perigo” (p. 101-102). O ato de ver, nessa perspectiva, passa a ser “tacitamente compreendido como algo relacionado à tomada de uma posição e, na verdade certa disposição do próprio sujeito” (p. 102), e também está sob os efeitos dos enquadramentos do poder.

Em diálogo com *Sobre fotografia* e *Diante da dor dos outros*, obras da escritora, crítica de arte e ativista norte-americana Susan Sontag, Butler analisa a prática jornalística da “cobertura comprometida”, bastante comum nos conflitos bélicos, cujas principais características são as restrições impostas pelo governo em relação ao que será, posteriormente, publicado, e o comprometimento dos jornalistas como condição para a realização da cobertura. Essa prática ficou conhecida durante a invasão americana no Iraque, em março de 2003, período em que foi estabelecido “um arranjo mediante o qual jornalistas concordavam em transmitir as notícias apenas da perspectiva estabelecida pelas autoridades militares e governamentais” (p. 101). Nesse contexto, a ação da guerra, suas práticas e seus efeitos, ficam determinados pela perspectiva que o Estado organiza e permite, ratificando “o que será chamado de realidade: o alcance do que vai ser percebido como existente” (p. 103). Esse enquadramento da perspectiva, de acordo com Butler, pode dirigir certos tipos de interpretação, pois “circunscreve uma realidade cujo funcionamento se dá pelo próprio enquadramento” (p. 127), produzindo efeitos de verdade interessados.

No terceiro ensaio, “Política sexual, tortura e tempo secular”, Butler sugere que os debates contemporâneos sobre política sexual estão enquadrados em noções de tempo e

progresso que têm a ver com os significados que atribuímos ao que seria um futuro de liberdade. Para ela, perguntas como “Em que tempo nós estamos?”, “Todos estamos no mesmo tempo?” e, especificamente, “Quem chegou à modernidade e quem não chegou?” (p. 152) são politicamente imprescindíveis, e não podem ser respondidas a partir de um culturalismo simples. Considerando que as reivindicações de liberdades sexuais novas ou radicais são enunciadas, na maioria das vezes, do interior do poder do Estado, “que tenta definir a Europa e a esfera da modernidade como o lugar privilegiado onde o radicalismo sexual pode ocorrer e efetivamente ocorre” (p. 153), a filósofa coloca-se diante do problema das práticas anti-islâmicas, promovidas por grupos ocidentais que se reconhecem como progressistas e defensores das liberdades individuais.

Para Butler, o mapa contemporâneo da política sexual pode ser definido como uma constelação turbulenta. Isso porque algumas concepções seculares de história e do que se entende por uma postura progressista na política atual estão baseadas em uma ideia de “liberdade entendida como algo que surge através do tempo e que é temporalmente progressista em sua estrutura” (p. 155). Paradoxalmente, essa ideia de liberdade tem sido invocada como fundamentação lógica e instrumento para determinadas práticas de intolerância e coerção, quando, por exemplo, “a liberdade sexual das mulheres ou a liberdade de expressão e de associação de lésbicas e gays é utilizada instrumentalmente com o intuito de fazer um ataque cultural contra o Islã que reafirme a violência e a soberania norte-americanas” (p. 156). Nesse contexto, Butler propõe, sem abandonar a liberdade como norma, problematizar seus usos e repensá-la a fim de “resistir à sua instrumentalização coercitiva no presente e a fim de que ela possa ser útil para uma nova política democrática radical” (p. 156).

Tomando como exemplo o que acontece na Holanda, onde formulários destinados aos “candidatos a entrar no país como imigrantes pedem que eles olhem para fotos de dois homens se beijando e digam se as fotos lhes parecem ofensivas, ou se as consideram uma maneira de expressar as liberdades individuais” (p. 156), Butler questiona se pode ou não haver uma convergência ou aliança entre as lutas contra a homofobia e as lutas contra os racismos culturais e religiosos. Para ela, se esse enquadramento de exclusão mútua se mantém, “então parece não haver pontos de contato cultural entre os sexualmente progressistas e as minorias religiosas que não sejam encontros de violência e exclusão” (p. 163). Contudo, argumenta a filósofa, se deixarmos de lado uma concepção liberal de liberdade pessoal e nos concentrarmos na crítica da violência estatal e dos seus mecanismos coercitivos, podemos alcançar um enquadramento político alternativo que nos forneça não

somente uma outra ideia de modernidade, como também de tempo e do “agora” no qual vivemos. É este o esforço de pensamento que Butler empreende no ensaio em questão. As políticas de Estado anti-islâmicas na França, que funcionam em conjunto com a recusa em conceder reconhecimento jurídico aos direitos parentais dos casais gays, sustentando uma ordem cultural paterna, nacionalista e heteronormativa, e a polêmica declaração do então Papa Bento XVI, quando no fim de 2006 citou publicamente um documento que fazia advertências em relação ao Islã, também são objetos de análise no terceiro ensaio de *Quadros de guerra*.

Já no quarto ensaio, “O não pensamento em nome da normatividade”, dialogando com Chetan Bhatt, Tariq Modood, Talal Asad, Michael Walzer, entre outros teóricos, são as lutas identitárias por reconhecimento que serão problematizadas por Judith Butler. Para a filósofa, os “enquadramentos por meio dos quais avançamos, seja o do multiculturalismo ou o dos direitos humanos, pressupõem tipos específicos de sujeitos que podem ou não corresponder aos modos de vida que se dão no tempo presente” (p. 197-198). A luta por reconhecimento, nesse sentido, desemboca nos seguintes problemas: quem confere reconhecimento e que forma ele assume? O que precisamente seria “reconhecido”? A “homossexualidade” da pessoa gay? A crença religiosa do muçulmano? Para responder a essas questões, Butler argumenta que é preciso considerar “a ontologia do sujeito cujo reconhecimento e cuja representação estão em questão” (p. 198). Para ela, a própria noção de reconhecimento, muito utilizada desde a crítica que o multiculturalismo empreendeu à ideia de tolerância, é parte da “própria prática de ordenar e regular os sujeitos de acordo com normas pré-estabelecidas” (p. 202). Contudo, indaga a filósofa: se “o reconhecimento reconsolidar o ‘sujeito sexual’, o ‘sujeito cultural’ e o ‘sujeito religioso’, entre outros, ele *faz* ou *encontra* o sujeito do reconhecimento? [...] E se os próprios traços que são ‘reconhecíveis’ provarem estar baseados em um fracasso do reconhecimento?” (p. 202).

Partindo da ideia de que nenhum sujeito pode emergir sem se diferenciar de outro, também explorada em obras como *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity* (1990) e *Bodies That Matter: on the discursive limits of ‘sex’* (1993), Butler afirma que “um sujeito só se torna distinto mediante a exclusão de outras possíveis formações de sujeito, uma multidão de ‘não eus’” (p. 202-203). Além disso, um sujeito se constitui mediante um processo de eliminação de “dimensões de si mesmo que não conseguem se conformar às figuras distintas produzidas pela norma do sujeito humano” (p. 203). Essas duas formas de diferenciação, contudo, não são tão distintas quanto poderia parecer, já que o que é excluído permanece no sujeito como a perspectiva de sua própria dissolução. Assim, uma pessoa

homossexual pode ou não ser muçulmana e uma pessoa muçulmana pode ou não ser homofóbica. Todavia, se o “enquadramento de conflito cultural (gay *versus* muçulmano) determina o modo como concebemos essas identidades, então o muçulmano será definido por sua homofobia ostensiva, e o homossexual será definido [...] como presumivelmente anti-islâmico quanto como alguém receoso da homofobia muçulmana” (p. 204).

Por fim, no último ensaio, intitulado “A reivindicação da não violência”, Butler conclui que é precisamente porque estamos imersos na violência que a luta existe, e que surge a possibilidade da não violência. De acordo com ela, reconhecer a violência não garante uma política de não violência, mas se consideramos a vida precária, ou seja, “a condição de violável uma condição generalizada, em vez de uma maneira diferencial de marcar uma identidade cultural” (p. 250-251), isto pode perfeitamente fazer diferença. Nesse sentido, a reivindicação da não violência emerge como uma “compreensão das possibilidades de ações violentas de alguém com relação às vidas às quais esse alguém está ligado, incluindo as que ele nunca escolheu e nunca conheceu” (p. 251-252). Ela nos revela menos como um “eu”, a partir do qual a relação ética deve se constituir, do que como um ser relacionado aos demais de maneiras inextricáveis, que existe em uma condição generalizada de precariedade e interdependência [...]” (p. 253). Assim, a precariedade torna-se um vínculo por meio do qual estamos ligados eticamente à alteridade. Esse vínculo, contudo, não é dado aprioristicamente, mas surge apenas quando reconhecemos a humanidade desse outro sob ameaça e temos a coragem de romper com “os enquadramentos por meio dos quais a guerra é forjada repetidas vezes” (p. 259) e que marcam algumas vidas como passíveis de luto e outras não.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Frames of War**: when is life grievable? New York: Verso, 2009.

BUTLER, Judith. **Precarious life**: the powers of mourning and violence. New York: Verso, 2004.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **O clamor de Antígona**: parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of 'sex'. New York: Routledge, 1993.